

**O reflexo na construção identitária e a produção do turismo étnico em comunidades indígenas e quilombolas em Mato Grosso do Sul<sup>1</sup>**

Anelize Martins de Oliveira<sup>2</sup>

Aluna especial do Programa de Doutorado em Antropologia Social pela USP

Djanires Lageano de Jesus<sup>3</sup>

Aluno regular do Programa de Doutorado em Geografia pela UFPR

**Resumo**

O artigo apresenta reflexões teóricas a partir da realidade observada *in loco* nas comunidades indígenas de Dourados bem como a comunidade remanescente de quilombos de Furnas do Dionísio em Mato Grosso do Sul. O objetivo é apresentar os referidos territórios caracterizando-os sob os aspectos sócio-culturais uma vez que denota a tomada de uma consciência cognitiva e física para tais categorias étnicas ao considerar um processo de litígio histórico, embutido de territorialidade ao atribuir-lhe sentimento de pertença ao grupo e ao espaço. A metodologia utilizada foi à pesquisa participante por meio das visitas nos locais identificados com aplicação de entrevistas e observações do modo de vida, além do levantamento teórico para fundamentação da pesquisa. A discussão sobre a territorialidade destes grupos tradicionais envolve suas formas de uso do espaço e seus recursos naturais, organização social e econômica, sistemas de valores de uso e simbologia, quando se aloca a questão da territorialidade como um fator primordial para a construção da própria identidade dos grupos.

**Palavras-chave**

Turismo Étnico; Indígenas; Quilombolas;

A análise subjetiva do território caracteriza-se por uma questão que o reconheça como um espaço contíguo em que afloram as emoções e perpetuam a história vivida em um local, o que se aplica devidamente aos exemplos de comunidades indígenas e quilombolas distribuídos por terras brasileiras. Portanto, a questão que envolve tais territórios denota a tomada de uma consciência cognitiva e física para tais categorias étnicas ao considerar um processo de litígio histórico, embutido de territorialidade ao atribuir-lhe sentimento de pertença ao grupo e ao espaço.

A Constituição Federal do Brasil de 1988, reconhecendo a importância cultural e identitária, ressalta por meio dos artigos 215 e 216 que núcleos indígenas e quilombolas devem ser tratados como patrimônio cultural de interesse da União, estados e

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao GT- 10 “Turismo, Antropologia e Inovação” do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, 27 e 28 de junho de 2008.

<sup>2</sup> Bacharel em Turismo pela UCDB, Mestre em Desenvolvimento Local pela UCDB, Aluna especial do Programa de Doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. Contato: [anelizemartins@hotmail.com](mailto:anelizemartins@hotmail.com)

<sup>3</sup> Bacharel em Turismo pela UCDB, Especialista em Gestão Empreendedora de Negócios, Mestre em Geografia pela UFMS, Aluno regular do Programa de Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná-UFPR. Docente efetivo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS. Contato: [netoms@uems.br](mailto:netoms@uems.br)

V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL (SeminTUR)  
**Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina**  
**Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008**

municípios e como tal, devem ser preservados de qualquer ação conflituosa, garantindo concomitantemente sua manutenção e integridade, uma vez que os territórios integram a formação da identidade nacional.

Para esclarecimento, citam-se dois aspectos importantes da legislação respaldando a condição do território tomado como base física. Primeiro aludindo a questão indígena, tem-se o § 2º do art. 231 que acrescenta que: "as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas dos solos, dos rios e dos lagos nelas existentes".

Explorando o mesmo tema, mas como público diferenciado, a constituição reconheceu às comunidades remanescentes de quilombo o direito ao território, incluindo ações de regulamentação fundiária para promover investimentos para a melhoria e manutenção da qualidade de vida, o que pode ser observado no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (art. 68), que instituiu "aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado, emitir-lhes os respectivos títulos".

A situação atual de ambos os grupos apresenta-se em contextos diferenciados, caracterizando-se ainda pela designação de um legado ou herança cultural que lhe confere um sentimento embuído de pertença de ser, ter e pertencer a tais territórios específicos. A discussão sobre a territorialidade destes grupos tradicionais envolve suas formas de uso do espaço e seus recursos naturais, organização social e econômica, sistemas de valores de uso e simbologia, quando se aloca a questão da territorialidade como um fator primordial para a construção da própria identidade do grupo.

Pelo passado histórico e sócio-espacial, é essencial destacar um isolamento característico que condiz à realidade de grupos indígenas e quilombolas identificados no Brasil. Embora toda regra tenha sua exceção, seria errôneo afirmar que todos os núcleos estejam localizados somente em áreas rurais, pois atualmente se pode encontrá-los em zonas periurbanas e até mesmo nas grandes cidades. O importante é que a integridade cultural e identitária sejam mecanismos de fortalecimento e reforçados através de gerações.

Ao mesmo tempo, cabe ressaltar que independente da localização e da questão de territorialidade física e emocional, muitos assentamentos buscam alternativas para promover uma gestão includente do território com base no desenvolvimento de

V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL (SeminTUR)  
**Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina**  
Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008

atividades que possam promulgar níveis significativos de melhorias, baseado sobretudo, na endogenia e fluxo cultural local para efetivar, no caso, o desenvolvimento do turismo como se poderá observar no decorrer deste trabalho.

### **A atividade turística em espaços étnicos**

Certas pessoas têm interesse especial em outras, particularmente naquelas pertencentes outros povos do ponto de vista das diferenças culturais. Assim, o turismo antropológico ou etno-cultural refere-se a relação entre etnias diferentes aos do turista, em que o contato e conhecimento da cultura autóctone são o grande diferencial. No caso brasileiro, este tipo de turismo envolve as comunidades que representam os processos de imigração européia, núcleos indígenas, comunidades quilombolas, além de outros grupos que preservam e valorizam seu legado histórico-cultural e o saber-fazer de cunho tradicional.

O turismo possibilita a alguns grupos a criação de conglomerados urbanos e comerciais que visam exclusivamente à comercialização do artesanato, das danças, do modo de vida como produto a serem consumidos por turistas. Segundo Beni (2002, p. 425), a tipologia refere-se:

(...) ao fluxo de turistas nacionais e internacionais que se deslocam centrados na motivação de suas origens étnicas locais e regionais, e também no legado histórico-cultural de sua ascendência comum. Incluem-se aí ainda aqueles que se deslocam com objetivos eminentemente antropológicos para conhecer “in loco” as características étnico-culturais daqueles povos que constituem o interesse de sua observação.

De acordo com tal definição, fica evidente que a motivação das pessoas em se deslocarem a espaços turísticos com atratividade baseada na etnicidade, possibilita uma experiência turística fundada em inter-relações, seja ela satisfatória ou não, dependendo do olhar de cada visitante. No entanto, é preciso estar atento a um problema que pode eventualmente surgir: a desestruturação da comunidade autóctone, ou seja, um processo de massificação cultural e perda de autenticidade que podem instalar-se no seio das comunidades anfitriãs para atender a demanda turística.

Por isso é que o tema é tratado nos núcleos em que é desenvolvida com diversidade de opiniões, principalmente relaciona às problemáticas acima citadas. Além disso, tais questões se refletem diretamente nos agentes envolvidos na atividade, como os próprios grupos que são os atores da representação cultural que na luta pela

V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL (SeminTUR)  
**Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina**  
**Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008**

sobrevivência são capazes de descaracterizar sua cultura para captação de recursos financeiros em benefícios próprios.

Há também os empresários do setor turístico, responsáveis pela comercialização de suas representações (tangíveis e intangíveis); o poder público que fomenta a atividade pelo fato da geração de divisas e imposto para o local e que ao mesmo tempo critica pelo fato de destinar permanentemente recursos financeiros e logísticos para a manutenção dos serviços prestados. Ainda, arrolha-se os turistas que são os espectadores e buscam uma experiência diferenciada; e por fim, os cientistas que tratam do assunto com restrições, principalmente relacionado aos impactos sociais, culturais e econômicos gerados pela atividade. Para Grünewald (2001, p. 33-34):

(...) a questão da autenticidade não merece atenção se, em seu desenvolvimento, qualifica as contradições culturais modernas em autênticas ou falsas. A questão, no entanto, existe na percepção antropológica, inclusive por se fazer presente entre os atores sociais. Se sou favorável à perspectiva de que toda experiência cultural é autêntica, isso deve ser examinado através do discurso dos atores sociais concretos, ou seja, pela forma como é percebida por eles...[com relação aos turistas]...isso não significa necessariamente que os turistas estão se perguntando sobre a autenticidade de suas experiências, as quais ao meu ver são sempre autênticas, pois são experiências turísticas, não importando se um elemento cultural foi construído exclusivamente para a encenação em uma arena turística ou se é imemorialmente tradicional e incorporado ao mercado turístico como mais uma atração: importante é que faz parte da experiência.

O autor defende a idéia de que a partir do momento que as pessoas pensam que existem experiências turísticas inautênticas, elas não mais conseguirão perceber a dinâmica de uma sociedade em termos gerativos, ignorando que ao defrontar com a experiência turística, as comunidades e suas culturas locais podem se transformar na gênese de novos padrões e permanecer autênticas, mesmo por meio de mudanças sociais e culturais. Segundo Handler e Linnekin (1984, p.285) *apud* Grünewald (2002, p. 134):

(...) tradição nunca é totalmente natural, nem é sempre totalmente não relacionada ao passado. A oposição entre uma tradição simplesmente herdada é aquela que é conscientemente moldada e uma falsa dicotomia...O ponto crucial para os nossos propósitos é que seu valor como símbolos tradicionais não depende de uma relação objetiva ao passado...O estudioso pode objetar que tais costumes não são genuinamente tradicionais, mas eles têm tanta força e tanto significado para seus praticantes modernos quanto outros artefatos culturais é amplamente irrelevante para a experiência da tradição; autenticidade é sempre definida no presente. Não é a existência de um passado ou a transmissão que define algo como tradicional. Antes, o último é a designação simbólica arbitrária; um significado antes que uma qualidade objetiva.

V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL (SeminTUR)  
**Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina**  
**Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008**

A questão da autenticidade como perspectiva turística existe de fato, mas não é instrumental nem mesmo para compreender a movimentação dos turistas para os lugares de visitação. Os antropólogos também têm a tarefa de interpretar as motivações que geram o deslocamento de pessoas para locais em que fomenta o turismo em territórios étnicos e percebe-se com isso, que a maioria dos turistas pensam no índio ou no afro-descendente em estado autenticamente tradicional.

Na opinião de Grunewald (2001, p. 36) “Mesmo na quebra das expectativas quanto à autenticidade das construções locais, isso não tira a autenticidade de sua cultura, uma vez que ela foi gerada em um contexto que, embora não considerado pelos turistas, é socialmente legítimo”. Um outro aspecto abordado sobre os estudos antropológicos associados ao turismo é citado por Banducci Júnior (2002, p. 25):

(...) os antropólogos sempre estudaram povos distantes, exóticos. Suas pesquisas envolvem sacrifícios pessoais e visam produzir trabalhos científicos que façam justiça ao povo estudado. Os antropólogos se vêem como pesquisadores de campo comprometidos com esses povos tanto quanto com a ciência e, neste sentido, não querem ser confundidos com turistas, preocupados, sobretudo, com seu prazer pessoal e detentores de uma visão superficial do povo com o qual mantêm contato. Na medida em que compõem o quadro da indústria do turismo (agências de viagens, empresas aéreas, hotéis etc.), os turistas podem ser tomados por exploradores inconscientes dos nativos, fazendo com que os antropólogos temam ver seus trabalhos associados a essa condição.

Estudos antropológicos recentes vêm demonstrando no campo científico que a atividade turística promove uma experiência autêntica. Tal abordagem se faz presente principalmente quando os estudos não estão direcionados somente à esfera econômica, mas ao aspecto cultural que possibilita o intercâmbio de valores e uma experiência emocional aos agentes envolvidos pela atração turística.

No mesmo artigo de Banducci Junior, há uma afirmação verdadeira ao que corresponde ao turismo não ser responsabilizado por todas as transformações culturais, entendendo-se que a cultura é um processo de dinamicidade, os elementos que promovem alterações são tanto endógenos como exógenos. O crédito da atividade em relação às influências em determinadas culturas é que o turismo faz parte deste processo transformador, podendo tanto estimular ou aniquilar respostas positivas que reforcem a identidade do grupo ou outros aspectos culturais locais.

As contradições acerca da atividade turística como fato autêntico ou inautêntico

V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL (SeminTUR)  
**Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina**  
**Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008**

está principalmente relacionado à fragmentação étnica, cultural e homogeneização das tendências constitutivas da realidade global, ou seja, o modo de produção capitalista permanece tão intacto e sistematicamente coeso que contribui rapidamente para aceleração da massificação dos destinos turísticos. Sobre as transformações relacionadas ao capital, Moretti acrescenta (2001, p. 70):

As transformações, efetivadas pelo capital na produção deste território, que procuram estruturar os elementos que o compõem, modificam as relações pretéritas construídas historicamente pela sociedade local, em um processo de (des) tradicionalização. Este processo destrói relações sociais e relações com a natureza e constrói outras relações. Trata-se, portanto, do processo de construção destrutiva. Este processo é central no capitalismo. Através da construção do novo e da destruição do passado é que ocorre o aumento do lucro e o acúmulo de capital.

A interação entre o mercado mundial e a identidade cultural, entre o processo local e global, entre o consumo e as estratégias culturais, faz parte de uma tentativa de descobertas da lógica envolvida nestes problemas aparentes. Para Friedman (1999), as práticas de auto-constituição cultural, de confirmação étnica, de classe e religião, produzem e consomem objetos específicos e constroem espaços vitais para um meio de identificação e sobrevivência a medida em que o consumo de identidades faz parte do sistema consumista do processo global, canalizando uma espécie de negociação entre as ofertas disponíveis no mercado capitalista e a autodefinição, no que acredita na velha máxima ‘você é aquilo que consome’.

Não há como negar que o turismo participa efetivamente da transformação de lugares, criando e recriando objetos e objetivos para que possa ser fortalecido e desenvolvido de maneira a viabilizar oportunidades de inserção e difusão para todos os envolvidos no processo. Todavia, é preciso deixar claro que a relação do turismo com a comunidade local, em especial categorias étnicas, fundamenta-se na representação social que os membros destes núcleos construíram em virtude de valores, idéias e conceitos articulados pelo processo de turistificação no próprio espaço em decorrência da perspectiva de mudanças nos níveis e qualidade de vida.

Por este prisma, o planejamento turístico deve ser direcionado levando-se em consideração restrições econômicas, sociais, culturais e ambientais, tendo em vista que sem essas restrições, a atividade irá perdurar de maneira espontânea, provocando apenas impactos negativos e sem assegurar os benefícios que podem ser subsidiados para os maiores envolvidos: atores locais. Por isso que é de concordância as considerações de

V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL (SeminTUR)  
**Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina**  
**Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008**

Molina e Rodriguez (2001) ao afirmarem que o planejamento deve reconhecer no turismo sua complexidade para processá-lo de modo a priorizar as mudanças que possam alavancar o desenvolvimento. Caso o turismo seja delineado a partir de uma expectativa reducionista como, por exemplo, a partir dos aspectos econômicos, gera desestabilidade nas demais dimensões de uma sociedade.

Neste sentido, os territórios passam a ter poderes simbólicos de múltiplas faces, ora reforçando a segregação, ora viabilizando uma dinâmica de convívio ou de ativação de múltiplas identidades. Portanto, cada grupo cultural possui características monolíticas e fechadas ou dinâmicas e abertas. O fato não é apenas identificar estas características, mas principalmente que as pessoas estejam abertas à reformulação da própria identidade, no sentido de aceitar o convívio e o diálogo plural com as identificações alheias.

### **O desenvolvimento do turismo na Reserva Indígena de Dourados - RID**

No contexto social brasileiro o problema dos índios ganha notoriedade. Entre os muitos desafios que pesam sobre a análise destes, a questão da terra merece a atenção geral (WENCESLAU, 1990). Para entender as relações sociais, econômicas, culturais e políticas sobre a questão indígena na Reserva Indígena de Dourados é necessário fundamentar sobre o que é e qual a importância deste “ator”, o indígena, no contexto histórico. Segundo Ribeiro (1979, p.15):

Indígena é essencialmente aquela parcela da população que apresenta problemas de adaptação à sociedade brasileira, em suas diversas variantes, motivados pela conservação de costumes, hábitos ou meras lealdades que a vinculam a uma tradição pré-colombiana. Ou ainda mais amplamente: índio é todo indivíduo reconhecido como membro de uma comunidade de origem pré-colombiana que se identifica etnicamente diversa da nacional e é considerada indígena pela população brasileira com que está em contato.

A população indígena do Mato Grosso do Sul é hoje o segundo contingente populacional do Brasil, sendo superado apenas pelo Estado do Amazonas. Destaca-se que o Estado compõe uma população indígena estimada em 50.000 índios, entre eles os Guarani (subdividido em Kaiowá e Nandevá), Terena, Kadiwéu, Guató e Ofaié e Kinikinawa.

A Reserva Indígena de Dourados (RID), antes nomeada Posto Indígena “Francisco Horta Barbosa”, está localizada na zona norte do município de Dourados.

V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL (SeminTUR)  
**Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina**  
**Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008**

Distante a 3,5 km do centro urbano de Dourados, mais precisamente da Praça Antônio João e a 8 km do município de Itaporã. A RID é cortada pela Rodovia MS-156 que liga Dourados a Itaporã no sentido Norte/Sul. Segundo dados da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA (2004), conta com uma população de aproximadamente 12.000 indígenas, distribuídos em 3.539 hectares. Na aldeia Bororó destaca-se a presença maciça dos Guarani e Kaiowá e no Jaguapirú, os Terena, uma pequena população Guarani e Kaiowá, além dos mestiços que se fazem presentes em ambas as aldeias.

A referida área somente teve seu Título Definitivo de Propriedade expedida em 28/10/1985 e seu registro em 14/12/1985. Devido ao fato da RID estar localizada próximo ao perímetro urbano, são registrados diversos conflitos entre a população indígena e do entorno, tendo como exemplos a apropriação de terras e as questões sócio-culturais.

A história do desenvolvimento da atividade turística relacionada aos indígenas no Mato Grosso do Sul iniciou-se em meados de 1990, sobre o reflexo do crescimento da atividade turística no Pantanal e Bonito e também das campanhas publicitárias acerca dos povos indígenas que vivem no Estado, estimulando com isso iniciativas isoladas na promoção das visitas turísticas nas aldeias que possuem apresentação das danças, artesanato, da língua nativa e demais atrativos.

Todas as iniciativas estimuladas para esse fim até hoje não se consolidaram, isto devido à deficiência no planejamento estratégico, além dos impedimentos estabelecidos pela legislação em vigor, principalmente quando relacionadas à autorização da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, onde os projetos devem estar fundamentados com justificativas, objetivos, identificação dos responsáveis institucionais pelo grupo visitante e o perfil do mesmo, o que mesmo assim, não garantem apoio para o seu desenvolvimento.

Segundo Martins (2001, p. 198): “(...) Não há consenso entre os observadores sobre o grau de impacto que o turismo provoca em comunidades indígenas. Em geral é desaconselhável”. Esse fato se deve pela falta de gerenciamento específico que se preocupe com planejamento em longo prazo, visando apenas à vontade do turista e não dos hábitos e costumes dos povos indígenas visitados. O autor acredita que o turismo pode vir a ser uma atividade de aproximação benéfica entre as populações a medida em que as especificidades antropológicas [hábitos e costumes] forem respeitadas.



V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL (SeminTUR)  
**Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina**  
**Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008**

Em Dourados, a atividade turística iniciou-se a partir de 1999, em função do fluxo de turistas holandeses e alemães motivados pela questão indígena e conciliados a outros roteiros de destaque do Mato Grosso do Sul. O objetivo desta ação era promover o desenvolvimento do turismo interno até porque a cidade não fazia parte do eixo turístico do Estado.

Para mudar as estatísticas da oferta turística do Estado e também a demanda de estrangeiros, alguns empresários locais juntaram-se para formatar um produto turístico que pudesse atender as expectativas dos visitantes e o que poderia ser oferecido por Dourados como pólo intermediário entre Foz do Iguaçu, Bonito e Pantanal, tendo como o grande referencial cultural, as aldeias indígenas. A maioria dos estrangeiros que passaram pela cidade vinha por intermédio de agências de viagens de São Paulo acompanhados por seus guias de turismo que na maioria das vezes não tinham conhecimento sobre a cultura indígena local.

Existem registros que o *trade* turístico local recebeu os estrangeiros, principalmente holandeses em média três vezes por semana em grupos de quarenta pessoas, sendo que a maioria aposentada e com média de idade de 50 anos, gastando cerca de US\$ 150,00 por pessoa ao dia. (RODRIGUES, 2002). Os grupos de turistas ficavam em média dois dias na cidade, ocupavam os hotéis e no período diurno conheciam o comércio e depois eram levados para a RID. Chegando a Reserva eram recebidos por lideranças indígenas que organizavam os grupos para apresentação das danças, venda do artesanato e, além disso, cobravam uma taxa dos turistas pelas apresentações.

O fato da Reserva não possuir um receptivo com infra-estrutura básica para atender os visitantes, além do fato de que a comunidade do entorno não se envolver e não valorizar a cultura indígena resultou que, com o passar do tempo, a frequência dos estrangeiros na cidade foi diminuindo drasticamente, sendo que hoje em dia, os turistas ficam apenas um dia e muitas vezes nem visitam a RID. São várias as questões que contribuem na determinação deste fato, inclusive, é citada entre estas a falta de políticas de turismo em longo prazo por parte dos gestores públicos que desenham seus programas de ação em períodos em curto espaço de tempo, coincidentes com os mandatos eleitorais.

A partir das ações do *trade* turístico local, a Prefeitura Municipal de Dourados,

V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL (SeminTUR)  
**Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina**  
**Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008**

representada pela Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo – SEICTUR, juntamente com a iniciativa privada, elaborou um projeto para implantação de um Centro Cultural Indígena “GUATEKA” adequado para apresentações das manifestações culturais das três etnias Guarani, Terena e Kaiowá, presentes na RID, compreendidas nas danças, artesanatos e modo de vida tradicional.

Em função da pluralidade, de conseqüências que decorrem da falta de território dentro da reserva indígena, uma das mais delicadas é a perda do processo histórico-cultural e espacial das etnias o que causaria impactos negativos de identidade tanto para os indígenas como da região. Identificou-se in loco que não houve consulta “real” à comunidade, tanto isto é verdade que grande parte da comunidade desconhece os principais objetivos e no que o Centro Cultural iria contribuir culturalmente e economicamente para seu povo, sendo que o poder interno está restrito às lideranças indígenas e no entorno, pelo poder público. Assim, mais uma vez a crise interna na RID se instala, tendo em vista, as ações externas praticadas sem o devido conhecimento da estrutura sócio-cultural e espacial indígena, além da inexistência de planejamento local e regional.

### **O turismo na comunidade quilombola de Furnas do Dionísio**

Com base na definição empregada pela Associação Brasileira de Antropologia (1994), apud Amorim (1998, p.05), o termo remanescente de quilombos era aplicado para determinar “toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado”. De acordo com esta prerrogativa e em conseqüência dos estudos antropológicos realizados pela Fundação Cultural Palmares (órgão ligado ao Ministério da Justiça), no ano de 2000, a comunidade Furnas do Dionísio recebeu a denominação de remanescente de quilombos.

A identificação de uma comunidade como remanescente é essencial para garantir o direito à propriedade e para determinar Furnas do Dionísio como território quilombola, a FCP elaborou um relatório técnico, informando sobre os aspectos étnicos, históricos, culturais e sócio-econômicos do grupo, para que as terras suscetíveis de reconhecimento e demarcação fossem delimitadas, evitando posteriores

V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL (SeminTUR)  
**Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina**  
**Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008**

questionamentos e disputas territoriais. No entanto, cabe ressaltar que a definição de remanescente de quilombos foi alterada em 2003 com o art. 2º do Decreto nº 4887, passando a ser reinterpretada como “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

Em Mato Grosso do Sul – mais conhecido nacionalmente pelos núcleos indígenas que compõe a sociedade sul-mato-grossense – já foram listadas pela Fundação Cultural Palmares até o ano de 2007, 15 comunidades quilombolas, sendo as percussoras ao processo de reconhecimento e titulação as comunidades quilombolas de Furnas do Dionísio (Jaraguari/MS) e Furnas dos Baianos (Corguinho/MS). Por uma questão de interesse acadêmico, a presente narrativa está fundamentada em descrever alguns aspectos compilados no decorrer da pesquisa realizada em 2001 e 2004 sobre a comunidade de Furnas do Dionísio, localizada a 48 quilômetros da capital, Campo Grande.

Fundada desde 1901 por Dionísio Antônio Vieira, ex-escravo oriundo de Minas Gerais, se estabeleceu com seus familiares em áreas devolutas da Fazenda Lageadinho, atual município de Jaraguari (MS) na expectativa de encontrar solo produtivo no qual pudesse garantir a subsistência de seus familiares. Seis anos após sua chegada, Dionísio decidiu solicitar em definitivo a posse das terras, recebendo o título provisório junto à Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas, do então Estado de Mato Grosso. Somente dez anos mais tarde lhe foi outorgado o título definitivo de apropriação, relativo a 914 hectares.

Com seu falecimento por volta de 1920, seus onze filhos inventariaram as terras pertencentes ao seu legado, demarcando-a em linhas familiares com área entre dois e cinquenta hectares, conforme o tamanho da família beneficiada. No entanto, na esperança de alcançarem melhores condições de vida, muitos dos herdeiros venderam suas terras e migraram para a cidade, restando atualmente apenas 580 hectares pertencentes aos mais de 400 moradores, agrupados em aproximadamente 86 famílias que descendem diretamente de Dionísio e que procuram manter a autenticidade de suas manifestações desde sua formação no início do século passado.

A vida em Furnas dos Dionísios pouco se alterou desde sua formação. A

V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL (SeminTUR)  
**Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina**  
**Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008**

economia local continua concentrando-se para a subsistência e para um pequeno comércio, baseado na criação de animais de pequeno ou médio porte, na produção de leite e seus derivados, na agroindústria caseira, assim como na agricultura familiar – que ocupa mão-de-obra local, provêm o sustento em épocas difíceis e reduz a migração para outras áreas. Assim, a maior parte dos membros da comunidade tem produção própria, cujos excedentes são comercializados em cidades próximas, como Campo Grande, Rochedinho e Jaraguari. Rapadura, farinha de mandioca, açúcar mascavo, melado, frutas locais em compota (doces de caju, mamão, goiaba, guavira, entre outros), ainda produzidos segundo processos artesanais e métodos passados de geração para geração, o que possibilita a continuidade e propagação da história e da memória social local.

Por este prisma, Amorim (1998) ressalta que as comunidades remanescentes de quilombos desenvolveram, ao longo de sua formação, uma identidade que se define pelas experiências vividas e compartilhadas em relação às suas trajetórias históricas. Assim, a identidade tem o território como referencial determinante como ponto de articulação da existência e da memória coletiva.

Mas há também aqueles que trabalham em fazendas da região, como empregados rurais, ou nas três escolas locais (duas municipais e uma estadual), como professores, auxiliares administrativos, merendeiras ou serventes, contribuindo para aumentar a renda de suas próprias famílias.

Em Furnas do Dionísio, as pesquisas revelaram que os membros da comunidade valorizam em alto grau a base familiar e os laços de amizade. A organização das atividades desempenhadas muitas vezes depende da cooperação mútua. Tal fato pode ser explicado pela relação de coexistência harmoniosa entre os membros mais antigos e mais jovens, com permanente legado de histórias, tradições e experiências.

Entre as práticas culturais desenvolvidas na comunidade, os momentos de festejo pessoal e devoção religiosa são organizados em torno da comunidade, cujas comemorações locais apresentam principalmente caráter religioso e as tradições são transmitidas de geração em geração. Sobre este aspecto, Moura (In: Funari e Pinsky, 2001, p. 38) sustenta que “as festas apresentam um caráter ideológico uma vez que comemorar é, antes de tudo, conservar algo que ficou na memória coletiva”.

Nos últimos anos, observa-se a chegada espontânea de um pequeno contingente de visitantes em busca dos produtos locais e de contato com o modo de vida da

V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL (SeminTUR)  
**Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina**  
**Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008**

comunidade, surgindo uma forma insipiente de turismo. A integração em torno de manifestações culturais oferece aos membros da comunidade uma estratégia de prevenção quanto aos tempos futuros, como reflexo do anseio de reprodução da própria história local. O leque de tradições transmitidas é amplo e inclui vários aspectos, da dança à culinária, da história à farmacopéia.

Em relação à atratividade local, em 2004, o então Diretor da Fundação de Turismo do Estado, afirmou que Furnas do Dionísio é uma comunidade que tem um legado cultural amplo devido sua formação histórica e se encontra em uma área natural belíssima que pode despertar para a atividade do turismo. Em sua opinião:

Além da própria história, tem ali atrativos da própria natureza, a gastronomia, a riqueza cultural advindas das histórias do Dionísio e de sua família. Então ali, através de oficinas e da formatação de roteiros, fazer trilhas e uma série de atividades, nós poderemos desenvolver. Mas é preciso ser feito um trabalho e sensibilizar a comunidade para isso. Nós não queremos impor absolutamente nada, mas sim, sensibilizar e preparar para que ela gere o próprio negócio na comunidade. Não adianta levar coisas e deixar lá, é preciso desenvolver projetos de sustentabilidade junto à comunidade, que tem uma história da população negra de Mato Grosso do Sul que é um referencial fortíssimo para negos do Estado e negros do Brasil.

De fato, os hábitos culturais dos Dionísios podem servir de estímulo à inserção efetiva tanto do turismo em espaço natural – que envolve o exercício de atividades realizadas junto ao meio ambiente e ligadas ao cotidiano rural – quanto do turismo cultural – direcionado às pessoas que desejam vivenciar tradições e costumes específicos dessa comunidade quilombola. Para a Organização Mundial do Turismo (2003, p. 76):

[...] elementos culturais podem encontrar no turismo um importante veículo de revitalização e conservação, geralmente de forma seletiva. Ao observarem que os turistas apreciam suas tradições, é mais provável que os residentes renovem seu orgulho em relação à sua cultura e apóiem a sua conservação.

Em Furnas do Dionísio, observa-se que a vocação primeira é a fabricação de produtos artesanais derivados da cana, da mandioca e do leite. Por intermédio dessa produção artesanal, preserva-se parte da história e da identidade local. Nesse contexto, o turismo pode gerar benefícios sociais e econômicos, não apenas em relação à geração de emprego e renda, mas também no tocante ao fortalecimento da cultura local e da autoestima da comunidade.

A visão que a comunidade apresenta frente às questões pertinentes ao turismo, de certa forma encontra-se um tanto equivocada quanto aos benefícios que podem ser

V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL (SeminTUR)  
**Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina**  
**Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008**

reproduzidos por sua prática socialmente planejada. De fato, os moradores avaliam o turismo como uma atividade que apenas incorpore modelos de desenvolvimento em que persista como consequência o aumento de emprego e geração de renda para a comunidade.

Posto que a afirmação seja verdadeira, é preciso que a atividade seja revista como um estímulo a reprodução de manifestações e alteridade da identidade local, uma vez que o fortalecimento das próprias raízes são fontes de atratividade. Embora isso não signifique que as manifestações ou atividades que possam ser efetivadas pelo turismo devam ficar exclusivamente a mercê de traços diacrônicos que apresente exclusivamente o que o turista quer ver e vivenciar, o que recria no fenômeno turístico o papel de válvula de escape para o desenvolvimento de determinadas regiões.

Seguindo o raciocínio, têm-se organismos de fomento ao turismo (em nível estadual) com interesse em tornar a atividade uma realidade para o local – uma vez que a comunidade agrupa significativos recursos naturais e culturais. Por outro, a comunidade apresenta um receio em desenvolver plenamente a atividade por não conseguir se enxergar inclusa no processo de planejamento.

Os poucos visitantes que conhecem o local, com raras exceções pedem permissão para adentrar a comunidade, seguem seu roteiro e muitas vezes acabam por desestruturar o ambiente físico e social dos moradores. Por tal motivo, os Dionísios não se abstêm em isolar visitantes que agridam o meio em que vivem e estão inseridos. Para tanto, acreditam que deveria haver uma união entre os moradores, de forma a coibir atitudes que desvalorizem e acometam a integridade de seus membros.

Para tanto, um aspecto importante seria a inserção da comunidade em roteiros turísticos que viessem a divulgar as manifestações culturais. No caso de Furnas, as festas de caráter religioso poderiam estar presentes em guias turísticos regional ou nacional, despertando, no imaginário coletivo, interesse pela cultura da comunidade. De mesma forma, o desenvolvimento do turismo em Furnas do Dionísio deve se tornar um fator de valorização sócio-cultural e integrar, necessariamente, o planejamento participativo.

### **Considerações Finais**

Pelo contexto aqui representado, tanto pela inserção do turismo étnico em

V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL (SeminTUR)  
**Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina**  
**Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008**

territórios indígenas e quilombolas, é verdade que as iniciativas são exógenas às necessidades dos núcleos e, portanto a melhor ação a ser exercida seria a gestão participativa e integrada. Contudo, a atividade só seria uma alternativa viável se as próprias categorias pudessem fazer parte do planejamento e da organização da atividade, tendo em vista que as melhorias advindas deveriam estar subordinadas primeiramente para atender as necessidades locais e não ao turista.

Não existe uma fórmula que possa proceder no sucesso almejado diante da prerrogativa de desenvolvimento turístico em comunidades tradicionais. Porém, acredita-se que esta estratégia será bem sucedida caso venha a considerar o dinamismo procedente do afloramento das potencialidades endógenas destes núcleos ao que tange ao legado cultural como subsídio ao resgate de suas manifestações, sejam elas repassadas de geração em geração por meio da memória coletiva ou na aquisição e assimilação de novos conhecimentos, já que são fontes de atratividade.

O que se procura é o sentido essencial que marca a riqueza das culturas negra e indígena. O conceito de terra é, pois, o instrumento fundamental para a compreensão. Tem-se também que considerar o significado próprio da existência destes grupos e com isto sujeitar a realidade do conceito de representação do espaço e de história aplicado aos deles. O território, tanto para o afro-brasileiro quanto para o indígena faz parte não do sistema de identificação, mas do sustentáculo de sua existência, pois é o lugar em que se realizam suas manifestações e importante fator na formação da identidade cultural. O turismo poderá contribuir para revitalizar o próprio sustentáculo das categorias étnicas aqui apresentadas a partir do momento em que se priorizar o conhecimento aprofundado sobre a cultura trabalhada, ou seja, ouvir e sentir os valores simbólicos contados pelos próprios integrantes.

### **Referências**

- AMORIM, C. R. (org.). **Negros do Ribeira**: reconhecimento étnico e conquista do território. São Paulo: ITESP, 1998.
- BANDUCCI JÚNIOR, A. **Turismo e antropologia no Brasil**: estudo preliminar. In: BANDUCCI JÚNIOR, A. e BARRETO, M. **Turismo e identidade local**: uma visão antropológica. 2.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2002.
- BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal/ Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997.
- FRIEDMAN, J. **O ser no mundo**: globalização e localização. In: FEATHERSTONE, M. (org).

V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL (SeminTUR)  
**Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina**  
**Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008**

- Cultura global:** nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GRÜNEWALD, R. de A. **Os índios do descobrimento:** tradição e turismo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.
- MARTINS, C. **Entrevista com o secretário de Indústria, Comércio e Turismo de Dourados,** 2001.
- MOLINA, S.; RODRÍGUEZ, S. **Planejamento integral do turismo:** um enfoque para a América latina. Trad. Carlos Valero. Bauru: EDUSC, 2001.
- MORETTI, E. C. **Pantanal, paraíso visível e real oculto:** o espaço local e o global. Rio Claro-SP: UNESP, 2001. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro – SP.
- MOURA, A.P. **Turismo e festas folclóricas no Brasil.** In: FUNARI, P. P. e PINSKY, J. Turismo e patrimônio cultural. São Paulo: Contexto, 2001.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável.** Trad. Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- RIBEIRO, D. **O índio e a civilização.** Petrópolis: Vozes, 1979.
- RODRIGUES, K. **Dourados na entressafra turística:** os principais clientes estrangeiros da cidade de Dourados são os holandeses. Jornal Diário MS. Dourados. Caderno A, p. 06, 13 de jun. de 2002.
- WENCESLAU, M. E. **O índio Kaiyowá e o Mundo dos Brancos.** Dissertação de mestrado, USP, 1990.